Superior Tribunal de Justiça
DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO
Edição nº 2650 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 12 de Abril de 2019 Publicação: Segunda-feira, 15 de Abril de 2019

AgInt no RECURSO ESPECIAL N° 1726183 - RS (2016/0072341-6)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE	: ADAO NATAL BACIN
ADVOGADO	: ALONSO MACHADO LOPES E OUTRO(S) - RS023550
AGRAVADO	: SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA
ADVOGADO	: JÚLIO CHRISTIAN LAURE E OUTRO(S) - SP155277
INTERES.	: TEREZINHA PAGNOSSI BACIN
INTERES.	: BACIN E SEGABINAZI LTDA
INTERES.	: LEONIDA PASCOA GIRARDI SEGABINAZZI - ESPÓLIO
INTERES.	: ESPOLIO DE ARMANDO LUIZ SEGABINAZZI

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. NECESSIDADE DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO DO RECLAMO.

1. Nos termos do art. 1021, § 1º, do Código de Processo Civil/2015, é inviável o agravo interno que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.

2. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 08 de Abril de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Relator